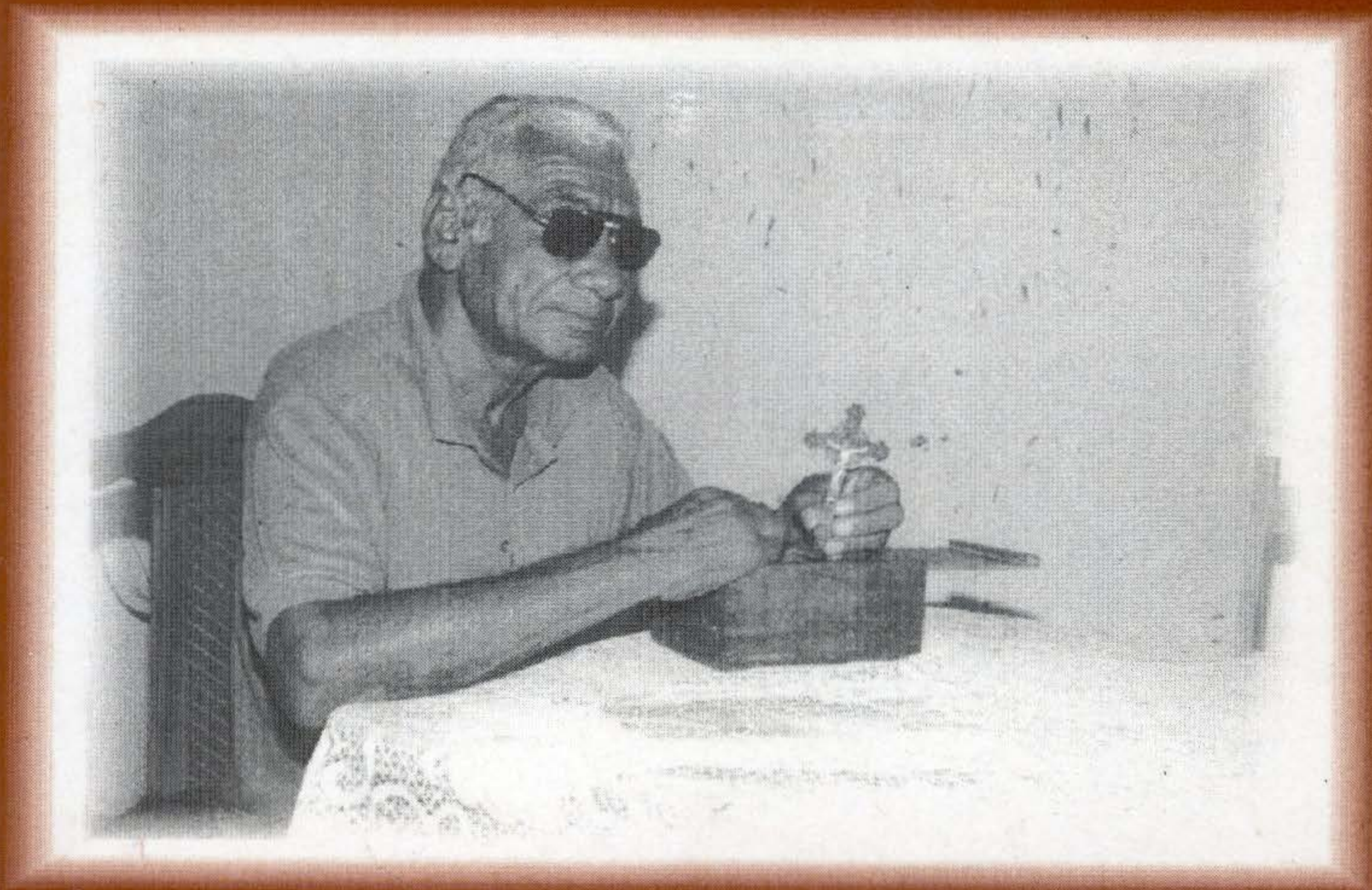


# Índios do Nordeste: temas e problemas 2



Luiz Sávio de Almeida  
Marcos Galindo  
Juliana Lopes Elias

## **A guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização**

---

**Maria Hilda Baqueiro Paraiso (\*)**

Quem matou essa indiada toda? Foram, acaso, sinistros assassinos estrangeiros, em guerra contra nós? Foram outros índios selvagens que viviam aqui? Qual! Foram nossos pró-homens, bem falantes, deputados, senadores, presidentes, fazendeiros, politiqueiros. Quando não matavam com suas mãos, trucidando, matavam com sua conivência assassina.

(Ribeiro, Darcy. *Migo*, 1988:257).

### **1. Localizando o último refúgio**

O vale do Mucuri situa-se nos limites entre três estados brasileiros: Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. As nascentes dos rios formadores do Mucuri se encontram na serra dos Aimorés, também conhecida como serra das Esmeraldas, onde também estão as nascentes do rio São Mateus, Jucurucu, Itanhém e muitos outros. Esta serra constitui-se o divisor de águas mais importante da região. O rio Mucuri está localizado entre as bacias do Jequitinhonha, ao norte, e Doce, ao sul.

Até a segunda metade do século passado, o vale do Mucuri esteve isolado do processo de expansão da sociedade colonial. Inúmeros fatores foram responsáveis por esta peculiaridade. Pertencendo administrativamente à capitania de Porto Seguro, a região foi visitada por algumas entradas em busca de riquezas minerais e de índios nos séculos XVI e XVII. Porém o insucesso das tentativas de encontrar ouro e a falência da capitania fizeram com que esta rota fosse abandonada e a expansão colonial não se interiorizasse a ponto de penetrar nos sertões. Já as bandeiras paulistas e capixabas

---

(\*) Doutora em História Social, Professora do Departamento de Antropologia da e do Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

que usavam a rota litorânea partindo do Espírito Santo, davam prioridade aos caminhos pelos rios Doce e S. Mateus.<sup>1</sup>

Outro fator de isolamento foi a descoberta de ouro na região onde depois se criou a capitania de Minas Gerais. As conseqüências foram a preferência pelas rotas internas que ligavam São Paulo às cabeceiras do rio Doce e ao S. Francisco, a redução do número de entradas que caçavam índios e o abandono das rotas litorâneas por onde se chegava à serra das Esmeraldas. Também as atividades vinculadas à exploração mineral tendiam a ser mais sedentárias, e os deslocamentos pelas regiões não auríferas se reduziram, como foi o caso do Mucuri.<sup>2</sup>

Também as mudanças na política administrativa das zonas auríferas representaram papel importante no isolamento da região. Até 1709 a Coroa estimulou a penetração das zonas próximas à região de mineração na esperança de novas descobertas.<sup>3</sup> Porém o descontrole na ocupação da região, o contrabando do ouro, as crises de abastecimento e os conflitos entre paulistas e baianos fizeram com que a Coroa determinasse medidas restritivas de acesso à região, como as de 1701, quando foram fechadas as rotas dos Sertões do Norte, ou seja, as rotas baianas. Algumas liberações foram estabelecidas em 1703, mas as proibições tornaram-se mais radicais a partir de 1724, quando por Carta Régia foi proibida a abertura de novos caminhos ou picadas para as minas, principalmente pelos sertões do Leste, onde se situava o vale do Mucuri. Esta proibição perdurou até o fim do século XVIII, quando a redução da quantidade de ouro extraído exigiu a busca de novas alternativas econômicas para a região.<sup>4</sup>

Pelo litoral a penetração do vale do Mucuri se iniciou em 1720 quando alemães e suíços ali instalaram fazendas de café com muitos escravos. A ocupação só se efetivou com a criação de aldeia para os índios *Maxakali* e de uma colônia para degredados, núcleo que deu origem à aldeia de São José de Porto Alegre, atual cidade de Mucuri, na foz do rio de mesmo nome. Entretanto a proibição do estabelecimento de rotas para o interior e a falência da capitania de Porto Seguro reduziram as possibilidades de crescimento do povoado. Pedro Barbosa Leal, em 1721, calculava que 50 léguas de matas separavam este povoado e outros do litoral dos criados pela mineração. Apenas escravos fugidos das minas e índios habitavam o local.<sup>5</sup>

A primeira ocupação efetiva na região das cabeceiras do rio Mucuri ocorreu a partir de 1730, quando o Mestre de Campo João da Silva Guimarães foi autorizado pelo Conde de Sabugosa a organizar uma entrada pelo rio São Mateus. Porém Guimarães terminou por entrar pelo vale do Mucuri, e é ele que nos dá as primeiras notícias concretas sobre os índios que habitavam o local. Combateu os *Maxakalí* e os *Purixú* e estabeleceu relações com os *Kumanaxó*; *Goakines* ou *Guatexi* (?); *Punxó*; *Monoxó* e *Malalí*. Só os *Kotoxó*, preferiram retirar-se para as matas após terem recebido os brindes que lhes ofereceu. Como se pode constatar, havia uma predominância de grupos que se autodenominavam *Tikmã-ãn* e que ficaram conhecidos pelo nome genérico de *Maxakalí*, da família lingüística Macro-Jê.<sup>6</sup>

A presença de *Aimorés*/*Guaimurés*/*Botocudos* já era descrita como resultado de deslocamentos desses grupos de seus territórios originais. É relevante destacar que os índios reduzidos por Guimarães nas cabeceiras do Mucuri tinham pleno conhecimento do curso total do rio, indicando ser esta sua área de circulação. Tal conhecimento não era de domínio dos colonos, pois até 1828 confundiam os cursos do Mucuri e do S. Mateus, erro cometido até pelos naturalistas Spix e Martius ao descreverem a descoberta de pedras preciosas no rio das Americanas.

## 2. Rompendo o círculo: os grupos indígenas da região

Foi entre 1808 e 1836 que o Estado português e o brasileiro investiram e criaram incentivos para viabilizar a colonização dos chamados Sertões do Leste. Estas medidas determinaram o envolvimento da população regional, particularmente a mineira, no processo de expansão da fronteira agrícola e de desestruturação das sociedades indígenas através da negação de espaços essenciais à sua reprodução e do estabelecimento de relações de dominação.

Este processo foi precedido da formulação de um conjunto de obras voltadas para a identificação das potencialidades naturais e do estudo de alternativas para sua exploração. A imagem da região do Mucuri – matas insalubres infestadas de índios antropófagos – que interessava à política coercitiva e reguladora da metrópole no período da mineração foi, lentamente, sendo reformulada para dar lugar à de uma área rica e com ampla possibilidade de exploração. As propostas iniciais ressaltavam a atividade mineradora, mas aos poucos, passou-se a priorizar as atividades agrícolas e comerciais, alegando-se a

proximidade do espaço a ser conquistado com o litoral. Os índios, no entanto, continuaram a ser vistos ali, como em todas as demais regiões de fronteira econômica, como os grandes obstáculos a serem vencidos através de uma política indigenista agressiva.

Aos poucos, as propostas esparsas foram tomando a forma de um projeto colonizador que previa incentivos, isenção de taxas de dízimos, moratória de dívidas, distribuição gratuita de novas terras e a fundação de uma colônia para vadios e vagabundos. A questão indígena era considerada como superável pela colonização: a derrubada das matas os espantaria e os levaria a aceitar a dominação. Caso esta alternativa não se mostrasse eficiente, o uso da força era visto como a segunda grande opção. Na documentação oficial do período, os conflitos que se estabeleceram entre os conquistadores, colonos e índios são referidos como ataques indígenas e hostilidades do gentio, o que solidificou o mito do Botocudo antropófago, responsável por todas as hostilidades, passando esta denominação a ser adotada de forma genérica para todos os índios que opunham resistência à penetração branca independentemente de serem *Puri*, *Maxakali*, *Malali* ou *Makoni*.

A correspondência das autoridades provinciais e petições de moradores visavam sensibilizar o Príncipe Regente, D. João, e motivá-lo a adotar medidas punitivas severas, ao invés da manutenção da política de guerra defensiva e de aldeamento de índios mansos. Assim, em 1808, foi aceita a proposta da retomada de Guerra Justa feita pelo governador de Minas, Ataíde e Melo, sob a justificativa da necessidade de serem conquistadas as áreas ocupadas pelos índios e de se incrementar o comércio. A nova política adotada foi expressa nas Cartas Régias de 13/5; 24/08 e 2/12/1808, através das quais era decretada a Guerra Justa aos antropófagos Botocudos e se criavam os mecanismos administrativos de incentivo à colonização dos Sertões do Leste.

As capitanias que receberam essas determinações legais criaram mecanismos peculiares de aplicação. O governo da Bahia optou por contratar capitães-mores e autorizá-los a mover a guerra segundo os moldes e os padrões estabelecidos pelas Cartas Régias.<sup>7</sup> Já Minas Gerais montou uma estrutura complexa de sete Divisões Militares coordenadas pela Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce, com quartéis estrategicamente localizados entre os rios Paraíba e Jequitinhonha. O

Espírito Santo criou duas Divisões Militares, uma para a região ao sul do Doce e outra específica para este rio. Das três capitanias, apenas a Bahia voltou-se para atividades guerreiras no vale do Mucuri.<sup>8</sup>

É interessante constatar que a Carta Régia de 2/12/1808 transformava em devolutas as terras conquistadas aos índios e as abandonadas pelos colonos em decorrência do receio à ação indígena. Os índios ou eram escravizados, ou repartidos entre fazendeiros, ou, ainda, aldeados quando fossem reduzidos em grande número. Temos, portanto, em plena vigência, uma política de liberação de terras e concentração/distribuição de mão-de-obra gratuita oferecida aos colonos com financiamento do Estado em nome da colonização. Aliás, os constantes casos de invasão das terras dos aldeamentos são sinal indicativo de que, nessa área e nesse momento, garantir o acesso à mão-de-obra era mais importante do que receber terras sem ônus, aliás abundantes.

A opção dos grupos indígenas ante a conquista de seus territórios e a repressão imposta a suas tentativas de reação foi o abandono das áreas de conflito mais intenso – o Doce e o Jequitinhonha em Minas Gerais, o Doce no Espírito Santo e o Pardo na Bahia – e a busca de refúgio na zona intermediária entre esses rios: o vale do Mucuri. Identificar esses grupos como Botocudos, a partir de então, tornou-se estrategicamente positivo independentemente de sua real etnia. Só assim seus conquistadores passavam a ter direito aos prêmios e incentivos oferecidos pelo governo, o que nos faz compreender essa classificação genérica.

A militarização no vale do Mucuri, em decorrência das referidas Cartas Régias, resultou na construção de um único quartel localizado na Bahia, junto à fazenda do Ouvidor de Porto Seguro, o que indica claramente a função dessas estruturas: proteger as propriedades dos colonos pioneiros em áreas indígenas. A justificativa para a construção do quartel foram os ataques dos Botocudos, porém, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied identifica os índios da região como sendo *Pataxó* que tinham rompido a paz após um dos seus homens ter sido morto pelos soldados.<sup>9</sup> Ao se referir à propriedade do Ministro e Conde da Barca, vizinha a dos Ouvidor, o viajante fala dos *Maxakali* como os índios mansos que trabalhavam e protegiam a madeireira e como os poucos que usavam a picada de Bento Lourenço, a primeira que ligava a região de Minas Novas, em Minas Gerais, com o litoral pelo Mucuri. Também

Navarro,<sup>10</sup> encarregado de avaliar as condições de implantação de uma estrada para o correio entre a Bahia e o Rio de Janeiro, e Feldner,<sup>11</sup> ao se descreverem a maior aldeia da região – a do Capitão Tomé –, a identificam como sendo *Maxakalí*, acrescentando que o local era freqüentado por *Kumanaxó* e *Bakuen*.

No entanto, o Ouvidor de Porto Seguro sempre se referia aos ataques dos Botocudos à picada de Bento Lourenço, o que lhe garantia o apoio dos moradores das vilas vizinhas e a obtenção de ajuda governamental no acesso a escravos índios para sua fazenda e para a madeireira do Conde da Barca, além de mobilizar mais facilmente os subgrupos *Tikmã-ãn* contra um dos membros de sua Confederação, que lhes era sempre apresentado como seu inimigo tradicional e invasor de seus territórios: os Aimorés/Botocudos.

Retomando Wied-Neuwied<sup>12</sup>, observamos que, ao se referir aos grupos que naquele momento impediam a abertura de estradas entre o rio Pardo e o Itapemirim, os identifica como *Pataxó*, *Makoni*, *Maxakalí* e *Panhame* e, no interior, registra a presença dos Botocudos. Quanto à área do Mucuri, reafirma que os *Pataxó* concentravam-se no morro das Araras, médio curso do Mucuri, onde atacavam a propriedade do Conde da Barca. Também Seider<sup>13</sup>, que visitou a região em 1817, identificava os *Pataxó* como sendo os que resistiam a aldear-se e moviam guerra aos colonos que tentavam se instalar no Mucuri, confirmando as informações de João da Silva Guimarães datadas de 1730.

A independência do país veio trazer um novo complicador nas relações interétnicas: a implantação de um projeto de construção da nacionalidade e de homogeneização cultural da população como forma de evitar a fragmentação política e espacial do novo país. A homogeneização lingüística, cultural e religiosa, assim como o desenvolvimento dos sentimentos de pertinência, posse e sua associação a um determinado espaço geográfico eram considerados como pré-condição para a necessidade de promover a livre produção e a circulação de bens. Como consequência, o sentimento de desprezo pelos que não partilhavam das grandezas passadas, eleitas como símbolo do Brasil, tornaram-se um agravante na discriminação dessas populações.<sup>14</sup>

A imposição de uma língua nacional aos grupos silvícolas era vista como uma forma de evitar obstáculos à unificação e ao

estabelecimento e solidificação de alianças em torno do segmento dominante. Assim, a política indigenista incrementada de forma mais efetiva a partir da segunda metade do XIX voltava-se para eliminar as diferenças expressas nas línguas indígenas e nos seus comportamentos considerados como selvagens. A construção do nacionalismo pressupunha, portanto, uma associação com o etnocentrismo e o racismo, difundidos como condição natural e não opcional na solidificação do novo Estado em formação.<sup>15</sup>

Por outro lado, a questão econômica – a não-exploração de áreas consideradas como riquíssimas – sempre vinha à tona associada à de que era inconcebível que parcelas do território nacional não estivessem sob o efetivo controle do Estado e dos verdadeiramente brasileiros.

No vale do Mucuri, a viabilidade desse empreendimento de conquista, que se deveria iniciar com a implantação de uma colônia de degredados, foi avaliada por quatro fazendeiros mineiros no ano de 1834: João Fernandes Pires<sup>16</sup>, Silvério José Costa<sup>17</sup>, Francisco Teixeira Guedes<sup>18</sup> e João Alves Costa Araújo<sup>19</sup>. A opinião dos quatro foi unânime quanto à potencialidade da região no tocante à exploração de minerais, sua fertilidade, clima saudável e à existência de um único e grande obstáculo: a presença de índios, aos quais chamavam genericamente de Botocudos. Apenas Guedes confirmava a predominância dos grupos *Maxakali*, usando como referência a grande aldeia liderada pelo Capitão Tomé<sup>20</sup>, na margem do rio Todos os Santos, que se encontrava abandonada devido aos ataques dos outros índios, que seriam numerosos e viveriam espalhados pelas quarenta léguas existentes entre Minas Gerais e São José de Porto Alegre.

A mesma tarefa foi atribuída, em 1836, pelo Regente Padre Feijó ao engenheiro militar francês Pedro Vítor Renault<sup>21</sup>. Além dos estudos de cunho geográfico e botânico, Renault foi o responsável pela introdução de uma nova classificação genérica para os índios do Mucuri, a mesma que tinha sido desenvolvida por Guido Tomás Marlière, Comandante das Divisões Militares em Minas Gerais na década de 20. O engenheiro identificou, inicialmente, os *Aranã*<sup>22</sup> e referiu-se aos demais de forma genérica ao classificá-los usando duas palavras da língua dos Botocudos – *Nak-nenuk* e *Giporok* –, não reconhecendo as demais etnias dominantes no Mucuri. A segunda generalização é usar essas palavras no sentido referendado,

posteriormente pela sociedade nacional: *Nak-nenuk* como os índios mansos, amigos e aldeados e os *Giporok* como inimigos, bravios e irredutíveis.

Vários projetos surgiram a partir de 1837 voltados para a criação de uma colônia de estrangeiros e outra de degredados no Mucuri, o que só veio a ocorrer anos mais tarde.<sup>23</sup> A grande discussão estabelecida a nível nacional, a partir de então, apontava para três soluções possíveis para os problemas econômicos vividos pelo país no tocante à substituição da mão-de-obra escrava de origem africana: a criação de colônias para estrangeiros laboriosos, para nacionais ou o fomento da catequese e civilização dos índios, descritos como numerosos e que se fossem bem dirigidos poder-se-iam tornar úteis à si mesmos e à sociedade. Para que essa meta fosse atingida, a administração da imposição de novos padrões culturais aos indígenas não mais seriam atribuídos aos militares, mas a missionários e a administradores particulares.

Essa política só se efetivou no ano de 1845 sob a forma do decreto que ficou conhecido por Regulamento das Missões. Suas diretrizes eram compatíveis com os novos projetos nacionais de consolidação e promoção da homogeneização cultural de todos os segmentos populacionais que viviam no Brasil. A nova política apresentava como prioridade não o combate aos índios, mas seu aldeamento e civilização, o que significava sedentariza-los, ensiná-los a falar o português e convertê-los ao catolicismo. Assim seriam satisfeitos os interesses econômicos da classe dominante: liberar terras para a colonização e preparar mão-de-obra para os latifundiários que se sentiam ameaçados pela possível abolição da escravatura; e dos pequenos proprietários que não dispunham de recursos para comprar escravos africanos e do próprio Estado que economizaria verbas usando-os na abertura de estradas, derrubada de matas e outras obras consideradas como essenciais ao progresso.<sup>24</sup>

### **3. A queda do último baluarte: a conquista do Mucuri**

A província da Bahia desde 1844 intensificou as medidas voltadas para civilizar os índios do Mucuri. Nomeou um diretor espiritual para os grupos e solicitou o apoio das autoridades locais. Um dos aspectos significativos é que, pela primeira vez, são identificados grupos Botocudos na região. Eram os *Nakre-ehé* e

outros não referidos e que, provavelmente, tinham se deslocado do norte da província e se refugiado no Mucuri.

O principal indicativo para esta conclusão é o fato de se apresentarem nas fazendas buscando alimentos e ferramentas, aceitando o batismo e deixando as crianças com os colonos. Porém a insistência destes em obterem as crianças e até o uso de violência para consegui-las fez com que refluissem para os sertões, provavelmente para o médio ou alto curso do próprio Mucuri, na serra de Itamonheque. Este movimento foi identificado após o grupo do Capitão *Giporok* ter se envolvido no massacre da família Viola para resgatar duas crianças que os colonos insistiam em manter em seu poder.

O vigário encarregado da missão propôs a intervenção do governo provincial na questão da escravização dos *kurukas*,<sup>25</sup> pois só assim poderia atrair esses Botocudos para o aldeamento que pretendia criar no médio curso do rio, próximo à cachoeira de Santa Clara, limite entre a Bahia e Minas Gerais. Para obter o apoio das autoridades para seu projeto, apresentava um número exagerado – nove mil e cem pessoas – dos componentes das quatro bandeiras ou subgrupos que se localizariam entre os rios Mucuri e Jequitinhonha.<sup>26</sup> Na visão do Presidente da Província da Bahia, esses índios já seriam dependentes dos bens de consumo fornecidos pelos colonos, o que explicaria sua atitude pacífica no momento do contacto. Essa atitude justificava os investimentos a serem feitos para torná-los trabalhadores úteis e produtores e, portanto, não mais incômodos aos lavradores,<sup>27</sup> parecendo ignorar que a real razão do conflito era a disputa por terras e os projetos de uso do trabalho indígena pelos colonos.

Este fato se confirma logo com o já referido ataque ao sítio da família Viola pelo Capitão *Giporok* que, até então, mantinha relações pacíficas com os lavradores da região. A solução apresentada pelas autoridades provinciais foi enviar o Juiz de Paz e o Destacamento da vila do Prado para garantir a tranquilidade necessária ao trabalho do missionário.<sup>28</sup> Na verdade, o que se infere é que a força policial foi destacada para tentar obrigar os índios a se reduzirem, através de severa repressão, ignorando os esforços do capuchinho de fundar um aldeamento e uma colônia militar no rio Jacarandazinho, afluente do médio curso do Mucuri.<sup>29</sup>

O que se pretendia era romper o círculo de defesa indígena estabelecido pelos *Giporok* (inimigos, no seu sentido genérico) e *Pataxó* acima da cachoeira de Santa Clara. Para tanto, a solução pensada foi a fundação simultânea de um aldeamento e uma colônia militar para instalar colonos nacionais. O aldeamento e suas roças atrairiam os esfomeados *Giporok* e seus confederados e os *Pataxó*. A colônia militar garantiria a segurança necessária ao sucesso do empreendimento<sup>30</sup>.

Apesar dos esforços, o missionário não conseguiu atrair as bandeiras de *Giporok* e de *Mek-Mek*, que calculava em quinhentos arcos. Obteve, apenas, a informação, através dos línguas, de que vários grupos passavam pela região em demanda ao sul, fugindo dos conflitos que se estabeleciam ao norte em decorrência da invasão dos territórios tribais por colonos ou por outros grupos indígenas deslocados. O fato de serem encontrados muitos ranchos abandonados confirmava o deslocamento dos Botocudos e outros grupos.<sup>31</sup>

Em contrapartida, o governo acelerava as medidas para a fundação da Colônia Militar do Mucuri, lançando o edital de convocação em 12/2/1846, para arregimentar lavradores que também seriam soldados encarregados de combater os índios.<sup>32</sup> Era-lhes proibido ter escravos, o que funcionava como estímulo para atraírem os índios e usá-los como trabalhadores, objetivo justificado como forma de acelerar sua civilização. As dificuldades de abastecimento, as doenças, o atraso no pagamento dos colonos fizeram com que os casais abandonassem a colônia, sendo sua falência decretada em 1849, três anos após sua criação.<sup>33</sup>

O engenheiro Inocêncio Veloso Pederneiras, encarregado de avaliar a situação da colônia e de extinguir o incipiente aldeamento do morro das Araras, afirmava que a solução para a colonização do extremo sul da Bahia era sua ligação fluvial ou por estradas carroçáveis a Minas Gerais. Sugeriu que os estudos sobre o assunto se iniciassem pelos rios Jequitinhonha e Mucuri.<sup>34</sup> Enquanto não se chegava a conclusão acerca da proposta, o governo da Bahia deixou de ter o Mucuri como área prioritária para estabelecer projetos de colonização.

Já em Minas Gerais, estudos de igual teor indicavam o rio Mucuri e seu vale como a zona ideal para investimentos por considerar que a navegação pelo Jequitinhonha apresentava

dificuldades de difícilíssima superação, além da primeira região ter maiores riquezas naturais. O único empecilho eram os “ferozes” *Giporok*, termo mais uma vez usado no sentido genérico. Por isso o governo provincial solicitou o apoio do Diretor Geral dos Índios, Honório Esteves Ottoni e a reavaliação dos estudos feitos por Renault em 1837; deslocou um destacamento da Companhia de Pedestres do Jequitinhonha para a barra do Todos os Santos no Mucuri; contratou um missionário para o aldeamento dos *Maxakali* de Sorobi e solicitou outro para acalmar os índios ainda não aldeados.<sup>35</sup>

Foi com base no interesse do governo mineiro pela região e no seu prestígio como Senador do Império que Teófilo Benedito Ottoni, um político da ala liberal e ardente defensor da idéia de que a agricultura, o comércio, a colonização estrangeira e a civilização dos índios eram as soluções para o atraso do país, montou a sua Companhia de Colonização do Mucuri no ano de 1847.<sup>36</sup>

Pretendia, de imediato, criar uma colônia para degredados e criminosos e outra para colonos estrangeiros e viabilizar a comunicação entre as nascentes e a foz do Mucuri. Queria garantir o escoamento dos produtos e assim fortalecer e expandir as áreas colonizadas. Para tanto considerava essencial encontrar soluções para a questão indígena, pois o número de grupos que circulavam pela região era muito grande.<sup>37</sup> O seu projeto envolvia tanto o trecho mineiro como o baiano do vale, sendo conveniente lembrar que, nesse momento, o Espírito Santo não tinha jurisdição sobre a área, como ocorre hoje.

As notícias dadas por Ottoni são de grande relevância para identificar as populações indígenas que tinham se refugiado no vale e compreender as relações interétnicas que ali se estabeleceram. Através delas, ficamos sabendo, por exemplo, que o Capitão *Giporok*, que tinha fugido do baixo Mucuri após o ataque aos Viola, foi contactado por ele na foz do rio Preto, no Urucu, ocasião em que Ottoni lhe sugeriu que seu grupo se refugiasse no rio Itaúnas, ao sul da bacia do Mucuri, hoje Estado do Espírito Santo. Diz ainda que ali o capitão tinha sido morto, o que fizera o grupo retornar para a área de influência da Cia. do Mucuri, recusando-se por muitos anos a manter contacto.<sup>38</sup>

Também se constata que a outra bandeira confederada com a do Capitão *Giporok* e que Frei Caetano de Troina tentara aldear no

Jacarandazinho, na Bahia, em 1845, a dos *Mek-Mek*, também conhecida por *Nok-Nok* ou *Nek-Nek*, encontrava-se no alto Mucuri, e foi o primeiro grupo *Pojixá* a entrar em contacto com Ottoni. Ele, porém, os identifica como vindos do Manhuaçu, onde teriam vivido sob o comando do Capitão *Pokrane* até a morte deste em 1843, quando teriam se deslocado para o Mucuri. Temos duas hipóteses para esta aparente contradição: ou os *Mek-Mek*, após a morte de *Pokrane*, foram para a região do morro das Araras, onde se mantiveram até 1845, e dali se deslocaram para o médio Mucuri, ou temos dois subgrupos com a mesma denominação, o que consideramos como pouco provável.

A realidade encontrada por Ottoni era a presença de inúmeros grupos indígenas dispersos pela região. Esses grupos eram remanescentes e fugitivos de aldeamentos dos rios Doce e Jequitinhonha e do litoral baiano, locais onde vinham sofrendo fortes repressões. Um dos exemplos mais significativos dessa afirmativa é o dos grupos dos capitães João Imá e Casemiro. Este *Maxakali* havia se refugiado no córrego do Ouro, próximo à serra do Itamonha, região habitada por grupos arredios ao contacto, após ter morto o comandante e alguns praças do destacamento no rio Preto em 1849 durante uma revolta que comandara devido aos maus-tratos recebidos. João Imá também era *Maxakali* vindo do rio Rubim do Sul, afluente do Jequitinhonha, tendo sido o responsável pelo ataque ao destacamento do Quartel de Santa Cruz em 1847. As razões também tinham sido os maus-tratos, o excesso de trabalho e a tentativa de prostituírem suas mulheres.

Como sabemos que os *Maxakali* se organizavam em vários subgrupos autônomos e vizinhos, podemos dizer que, sob a liderança de Casemiro e Imá, estavam *Malali*, *Makoni*, *Monoxó* e *Kotoxó*. Havia, ainda, refugiados do aldeamento do rio *Kran*, onde se localizavam os mesmos grupos citados.<sup>39</sup> No Mucuri, viviam como empregados nas fazendas da região ou nos matos, o que era explicado pelo fato de não disporem de assistência e ferramentas.<sup>40</sup> Essa explicação calcava-se duas crenças dominantes na época: a de que a vocação natural da humanidade era a agricultura e a de que a questão indígena se resumia ao fornecimento das condições – ferramentas – para que realizassem esta vocação natural.

A presença de grupos ainda considerados como selvagens fez o Presidente deliberar a construção de um quartel nas proximidades

do Mucuri para dar garantia ao empreendimento.<sup>41</sup> Para efetivar essa medida, o Diretor dos Índios do Jequitinhonha transferiu alguns silvícolas dos aldeamentos daquela região para o quartel de Santa Cruz, visando, sem sucesso, aldear os *Bakuen* na barra do Todos os Santos e construir outro quartel na margem esquerda do Doce para controlar os índios que se deslocavam daquela região em direção ao Mucuri. Outra preocupação era acelerar a distribuição de sesmarias, porém, estabelecendo rígido controle sobre o processo. Naquele momento, as terras indígenas já eram tomadas de assalto “*vendiam-se, punham-se posses*”.<sup>42</sup>

As únicas medidas de controle adotadas na distribuição das sesmarias não podem ser associadas a preocupações com a defesa das terras e direitos indígenas. O que se questionava é a forma de acesso à terra que fugia ao controle das elites e contrariava seus interesses de manter o modelo concentrador e discriminador e a preocupação com os conflitos resultantes das reações indígenas aos intrusos, acarretando riscos para os projetos de colonização em áreas virgens, quadro típico de momentos de crise no sistema socioeconômico, particularmente nos setores de abastecimento e alta de preços dos alimentos.<sup>43</sup> Essas e outras preocupações de garantir a concentração de poder e riqueza serviram de base à Lei de Terras, que se constituiu a medida adotada que mais se refletiu sobre as populações indígenas.

As mudanças que mais interferiram na vida das comunidades indígenas foram as ligadas aos projetos de interiorização do processo produtivo, como a abertura de estradas que garantissem a penetração das zonas de fronteira agrícola e permitissem o escoamento dos produtos, implantando e estimulando o comércio. Outra que teve reflexos mais diretos foi a regularização fundiária e os controles estabelecidos sobre a propriedade do solo.<sup>44</sup>

O aumento inevitável dos conflitos redundou em atitudes mais efetivas de proteção às localidades ocupadas por civilizados por considerá-los laboriosos e úteis ao país. Os projetos de intensificação dos aldeamentos em áreas de tensão e conflito passaram a ser encarados com mais urgência. Visava-se à superação dos atritos, à liberação das terras que os índios ocupavam e a rápida transformação dessas populações em trabalhadores a serem empregados na lavoura.

Para viabilizar tal política, a administração da questão indígena foi entregue à Diretoria Geral de Índios de cada província,

que deveria funcionar como instrumento de conciliação entre as necessidades de garantir a expansão agrícola e os direitos dos índios. Mas a estrutura das Diretorias não lhes dava sequer a autonomia de deliberar sobre as terras indígenas. Os recursos que recebiam eram insuficientes. Outro agravante era o fato de seus dirigentes serem escolhidos entre proprietários de terras. Isto tudo fazia com que a Diretoria vivesse a reboque das escaladas das conquistas. A única alternativa que apresentava, a criação de aldeamentos, demonstrou ser uma solução paliativa e temporária incapaz de solucionar os conflitos estabelecidos. As reações dos índios variavam entre as revoltas, as fugas ou mecanismos quotidianos de resistência. Esses acontecimentos eram explicados ou pela incompetência do diretor parcial, ou do missionário, ou, ainda, pela insuficiência deste na direção dos trabalhos.

O que vamos observar no Mucuri sob a administração dos Ottoni é também o fiel atendimento dessas expectativas. Suas ações eram pautadas nos princípios de inserção dos silvícolas na economia de mercado, na defesa dos direitos dos fazendeiros locais em usarem o trabalho indígena e na política de aldeá-los e transformá-los em trabalhadores eficientes para glória do país e sucesso de sua companhia.

Tanto assim que, Ottoni, ao analisar as relações entre índios e fazendeiros, afirmava que o uso do trabalho indígena era comum à grande maioria dos fazendeiros da região do Mucuri, tanto na fase de implantação da nova propriedade como na sua solidificação como patrimônio familiar. Sendo a conquista e o trabalho indígena a base do direito à propriedade na região, considerava que medidas restritivas ao uso do trabalhador indígena terminariam por desestimular agricultores a estabelecerem suas propriedades e conquistas naquela área. No entanto, dizia-se contra a escravidão indígena pregando a necessidade de serem instituídas novas relações de trabalho para acabar com a especulação da “desgraça dos selvagens” à qual estes se submetiam por viverem nas matas em perene estado de fome. Porém, essas novas relações não deveriam colocar sob ameaça o direito de propriedade daqueles que tanto tinham se esforçado para constituí-la, usando o trabalho indígena.

Outro ponto fundamental do raciocínio de Ottoni era o de transformar os índios em trabalhadores úteis sob um regime de trabalho mais de acordo com os interesses da companhia: como

produtores de excedentes e consumidores. Na sua avaliação inicial, acreditava que a política indigenista era um grande fracasso por não ter atingido esses objetivos. Acreditava que as práticas violentas dos “selvagens” decorriam dos massacres que tinham sofrido no passado e ainda sofriam, às escondidas, nas matas. Como consequência, e aí temos pela primeira vez uma análise mais coerente com a realidade, seus territórios tinham se estreitado de tal forma entre o Doce e o Jequitinhonha que o resultado fora a guerra tribal pela disputa de terras e de alimento. Para ele, a fome, os combates e a fragilidade numérica e guerreira de alguns grupos tinham feito com que fossem os primeiros a procurar a proteção dos civilizados, tendo que aceitar a imposição de aldearem-se. Daí porque propunha-se a matar-lhes a fome, distribuir ferramentas, estimulá-los a terem suas próprias roças produtivas e a oferecer-lhes emprego na abertura das estradas em troca de roupas e ferramentas. Discordava da política indigenista por fazê-los trabalhar coletivamente sob as ordens e em benefício do Diretor, pois ponderava que assim não desenvolviam o sentimento de propriedade que ele procurava estimular ao lhes dizer que só sua família tinha direito a recolher o fruto de seu trabalho.<sup>45</sup>

Preocupado em abrir picadas que garantissem a efetivação de rotas de comércio e na construção do núcleo central da colônia nas proximidades das várias fazendas da família Ottoni, o Diretor da Companhia buscava promover o contato pacífico com os vários grupos indígenas que viviam na área. Os primeiros contatados foram os *Malali* das matas do Trindade e que eram desertores do Quartel do Alto dos Bois, onde eram usados como soldados combatentes dos Botocudos.

Acompanhando os dados fornecidos por Ottoni e cruzando-os com as informações disponíveis sobre outros aldeamentos da Bahia e Minas Gerais, pudemos ir identificando os demais grupos indígenas do Mucuri e a composição da conhecida Confederação dos *Nak-nenuk* do Mucuri, referida por Ottoni e pelos fazendeiros da região. Inicialmente gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que as informações obtidas contrariam frontalmente dois pressupostos básicos dos estudos sobre o Mucuri. O primeiro é o de que a Confederação era composta por grupos Botocudos aliados que combatiam outras etnias e outros grupos Botocudos. O segundo é o de que os Botocudos e os *Maxakali*, *Makoni*, *Malali*, *Kopoxó* e *Monoxó* sempre foram inimigos irreconciliáveis.

O que se pode constatar é que a Confederação era composta tanto por Botocudos como por grupos das outras etnias e que a Confederação tanto combatia Botocudos como outros grupos, desde que qualquer um deles representasse, com sua chegada recente, uma ameaça ao equilíbrio do Mucuri indígena. É que a presença deles acirrava a disputa por terras e alimentos e seus combates com os nacionais representavam maior repressão para todos. Eram conhecidos genericamente por *Nak-nenuk* que, como já observamos, era a denominação atribuída aos “índios mansos/aldeados”. Sob esta denominação eram incluídos ex-aldeados e comunidades que adotaram como estratégia de sobrevivência buscar aliança com os civilizados contra outros grupos indígenas que consideravam tão ameaçadores quanto os colonos. Eram liderados por um *Malali* fugitivo do quartel do Alto dos Bois, João Compó, e tanto combatiam os *Giporok/* Botocudos como os *Maxakali* do aldeamento do Sorobi, os *Pojixá* do Capitão Felipe do rio São João, os *Maxakali* do rio Aranan. Outros líderes confederados eram os capitães Poté, *Poton*, Timóteo (*Malali*) e outro *Malali* da aldeia de *Krakatan*.

Em 1854, Ottoni explicava as razões da inimizade entre os *Nak-nenuk* e os *Pojixá*. Diz que os primeiros viviam em espaço insuficiente para satisfazer suas necessidades e consideravam a presença dos outros grupos na região como uma ameaça. Já os segundos, ao buscar abrigo no Mucuri, eram forçados a disputar as poucas terras ainda disponíveis com os que já estavam ali instalados anteriormente, desestabilizando o precário equilíbrio em que os *Nak-nenuk* viviam.

Ottoni sempre reconheceu a importância da Confederação e muitas das decisões tomadas sobre a colônia o foram após negociações com os líderes confederados. Dois exemplos significativos são a localização da sede da colônia – Filadélfia, hoje Teófilo Ottoni – que foi negociada com *Poton*, *Ninkate* e Timóteo em 1853, sendo que o último mudou a sua aldeia para dar lugar à nascente povoação. O outro é a instalação das fazendas dos Ottoni nas terras de *Poton* e que também resultou de uma conferência semelhante, que levou o capitão a aceitar a convivência com aqueles que considerava parentes.

Ottoni se esforçava por fechar o cerco aos índios e obrigá-los a entrar em contacto com os empregados da colônia, e, por isso, as obras se iniciaram, simultaneamente, no litoral e no interior e as

turmas de trabalho pretendiam se encontrar na cachoeira de Santa Clara. Afirmava que, em todos os contactos iniciais, os indígenas se queixavam de fome e de maus-tratos. O Senador geralmente os encaminhava para alguns dos pontos da colônia, como no caso já referido do Capitão *Giporok*. Estes deslocamentos quase nunca representavam segurança para o grupo. Massacres, envenenamentos e distribuição de roupas contaminadas com o vírus do sarampo eram práticas comuns, e a isto Ottoni atribuía a dificuldade que tinha de atrair e aldear os sobreviventes.

Porém os problemas enfrentados pela companhia exigiam atitudes mais firmes e contrárias a essas longas negociações. Vários agricultores da região pressionavam o governo para terem seus títulos de posse regularizados receando que denúncias sobre o uso indiscriminado do trabalho indígena fizessem o governo puni-los com a expulsão. Ottoni prestou seu apoio aos agricultores porque a regularização fundiária e a permanência dos fazendeiros eram essenciais para o fortalecimento de seu projeto de colonização.

Na outra ponta de suas tentativas de acelerar seu empreendimento, solicitava que o governo central criasse um aldeamento único para os índios, pois assim resolveria dois problemas ao mesmo tempo: liberava as terras indígenas para os colonos que pretendia introduzir e reduzia os conflitos entre índios, colonos e trabalhadores da companhia. Enquanto isso não ocorria, considerava essencial melhorar a qualidade das relações de trabalho dos índios, alimentá-los, oferecer-lhes ferramentas e estimulá-los a terem suas roças e manterem relações comerciais na área da colônia. Para executar essa política, indicava seu irmão Augusto para Diretor dos Índios do Mucuri em Minas Gerais e na Bahia<sup>46</sup> e dizia que a manutenção do Quartel de Santa Cruz no Mucuri era um mal necessário.<sup>47</sup>

Apesar do apoio recebido pelo governo mineiro e central, o projeto encontrava dificuldades em resolver seu problema de descapitalização, pois só dera prejuízos, embora as autoridades continuassem a crer no seu potencial,<sup>48</sup> particularmente no tocante à promoção do aldeamento compulsório dos indígenas<sup>49</sup>. Este sucesso era tão valorizado que a Repartição Geral das Terras Públicas dispunha-se a ajudar Ottoni na criação dos aldeamentos.<sup>50</sup> Nem mesmo o atendimento dos pedidos de recursos feitos Ottoni ao

Ministro dos Negócios do Império, Marques de Olinda, melhoraram as perspectivas de sucesso.<sup>51</sup>

A situação agravou-se com as acusações feitas por Robert Avé-Lallemant, em 1859, ao projeto como um todo que levaram a uma intervenção do governo imperial e à perda de todo o apoio e concessões especiais. As acusações iam desde o uso de trabalho escravo de chineses para abertura de estradas; dispersão dos colonos por áreas muito grandes e isoladas, o que fazia com que tivessem dificuldades de comercializar e se apoiarem; estado de pobreza dos colonos; nepotismo e autoritarismo dos Ottoni; rusticidade das casas dos colonos em comparação com a dos administradores da Companhia; insalubridade do local; o fato dos Ottoni disporem de escravos, o que era proibido aos colonos; ausência de padre e professores; acumulação de cargos por Augusto Ottoni – Vice-Diretor, Contador, Diretor dos Índios, Subdelegado e Juiz – e a ausência de títulos de posse pelos colonos.

Quanto aos índios, dizia que tinham se refugiado no Mucuri e que enfrentavam, naquele momento, a penetração de seus derradeiros territórios. Isto os fazia reagir de forma violenta tanto contra brancos como contra outros grupos indígenas. Os invasores eram chamados de *Kiporoka* (*Giporok* = inimigos) e os amigos de *Nak-nenuk*, o que nos dá a clara idéia de como essa dicotomia sofreu transposições ao longo do tempo, circulando do universo indígena para o dos colonos sem perder seu sentido original. A paz relativa era mantida através de constantes presentes que iam buscar em Filadélfia ou entre os comerciantes. Perambulavam pelas matas vivendo de caça e coleta, embora tivessem suas aldeias. Estas afirmativas eram um claro desmentido das afirmativas de Ottoni no tocante a terem se transformado em agricultores e comerciantes.<sup>52</sup>

Outro viajante, Ribeyrolles,<sup>53</sup> também criticou severamente a companhia de Ottoni, embora seus argumentos fossem menos contundentes. Reconhecia que não se cumpria a cláusula que garantia o título de propriedade aos colonos; as distâncias entre os núcleos coloniais tinham sido mal planejadas; os brasileiros ocupavam os melhores lotes de terras, o que provocara problemas quando da chegada dos colonos estrangeiros. Mas também reconhecia que os colonos tinham sido recrutados incorretamente e enganosamente na Europa, levando a uma série de equívocos que tinham redundado, em dois meses, na morte de vinte pessoas, no internamento de oitenta e seis no

Rio de Janeiro e em denúncias a nível nacional e internacional do projeto. O resultado foi a falência da companhia e um novo direcionamento na política de ocupação do vale do Mucuri.

#### **4. Uma nova ordem num novo tempo: a destruição final**

A regulamentação da Lei de Terras em 1860 e a crise generalizada da administração indígena levaram ao surgimento de um novo centro decisório que tinha como prioridade acelerar a expansão da agricultura e do comércio no país – o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Com relação aos índios, a preocupação era a regularização fundiária, porém, com o reconhecimento dos direitos dos invasores das terras dos aldeamentos, solução de conflitos, principalmente em áreas onde não havia aldeamentos e nomeação de missionários para administrarem os existentes e os que seriam criados. Não houve qualquer preocupação em fortalecer a Diretoria Geral dos Índios. Ao contrário, cada vez mais o problema indígena passou a ser administrado pelas Diretorias de Terras Públicas, num claro indicativo dos objetivos de transformar as terras dos aldeamentos em devolutas e disponíveis a curto ou médio prazo.

No entanto podemos constatar que, com relação aos conflitos entre colonos e índios, as soluções continuaram a ser bem tradicionais, porém, voltadas preferencialmente para os grupos não aldeados. Urgia reduzi-los para acelerar a expansão agrícola e satisfazer seus desejos iniciais para que não ameaçassem a segurança dos colonos e suas propriedades.

No caso do Mucuri, a prática da nova política e as novas relações estabelecidas levaram a um longo período de revoltas sucessivas e repressões violentas. Com a falência da Companhia do Mucuri, deu-se a extinção dos freios estabelecidos pela administração da Companhia no tocante à expansão das terras ocupadas pelos colonos e à garantia de terras para os aldeamentos, mecanismo pensado para manter a paz na região. Os índios perdiam, assim, o anteparo que a Companhia representava às pretensões expansionistas dos colonos e fazendeiros e à exploração excessiva do seu trabalho. Também se interrompia o fluxo de presentes e oportunidades de trabalho que tinham conquistado ao longo do relacionamento com os Ottoni.

Essa situação é referida por Almeida,<sup>54</sup> e os documentos inéditos trabalhados indicam que os principais responsáveis pelos

conflitos foram os irmãos e cunhados de Teófilo Ottoni, proprietários das grandes fazendas da região, tendo todo o apoio das forças militares instaladas nas Colônias Militares do Mucuri e do Urucu e do Governo Imperial.

Os conflitos foram imediatos, já no mesmo ano em que a companhia faliu, 1861. O primeiro deles ocorreu na Fazenda Monte Cristo, de propriedade de Joaquim Maia, cunhado de Teófilo Ottoni, e Leonardo Esteves Ottoni, envolvendo o grupo de um dos mais fiéis *Naknenuk* – o do Capitão *Potón*. O ataque ao grupo foi articulado pelo Diretor da Circunscrição do Alto Jequitinhonha, Joaquim Martins Fagundes, famoso amansador de índios, contratado no Jequitinhonha, e responsável pelo ataque à aldeia do Capitão Clemente, por um conto de réis, com o apoio do Destacamento Militar do Urucu. Segundo Augusto Ottoni, os liderados de *Poton* foram atraídos por uma oferta de confraternização, tendo morrido quarenta e um indígenas, entre homens, mulheres e crianças.<sup>55</sup>

Apesar de terem sido os índios os massacrados, os fazendeiros solicitaram a intervenção do Governo Imperial, sendo rapidamente atendidos. O Ministro da Agricultura obteve um navio de Guerra da Marinha e um tropa do Corpo de Linha com o Ministro do Exército, Marquês de Caxias, e a enviou para combater as bandeiras de *Mek-Mek*, *Jukirana* e Felipe *Pojixá*, todos antigos liderados do Capitão *Jiporok*.<sup>56</sup>

As instruções dadas eram claras: buscar o apoio das autoridades locais, defender os colonos e suas propriedades a qualquer preço, prender os principais autores de “atos tão selvagens”, atrair os índios de índole pacífica e acatar as decisões do Comissário e Árbitro do Governo Imperial, José Cândido Gomes. Era sua expectativa que a tropa permaneceria por dois meses no Mucuri, tempo necessário para a solução do conflito.<sup>57</sup> O governo da Província foi mantido à margem das decisões, pois foram atribuídas proporções nacionais ao conflito. Era-lhe recomendado, apenas que providenciasse a indicação de um missionário para atuar entre os revoltosos<sup>58</sup>

Os conflitos e massacres ocorridos no trecho mineiro do vale do Mucuri também se refletiram no Espírito Santo. O Ministério da Agricultura enviou ao Presidente daquela Província, em 22/06/1861<sup>59</sup>, ofício comunicando os problemas e solicitando o deslocamento de

cinquenta praças da Tropa de Linha, acantonados em Linhares, para Filadélfia. A tropa deveria ficar à disposição do Presidente de Minas Gerais, para reprimir os índios, considerados como responsáveis pela intranqüilidade no local. Determinava, também que o Presidente capixaba tornasse praticável a estrada entre São Mateus e Santa Clara, para facilitar o acesso das tropas.

A repressão assumiu proporções intoleráveis – uma das aldeias foi praticamente exterminada, pois, restaram quatro sobreviventes. As reações a essa postura guerreira fez com que houvesse um retrocesso temporário na posição do Ministro da Agricultura, que mandou abrir sindicância sobre a causa da violência, embora já insinuasse sua conclusão: “...*indeclinável defesa empregada na captura dos autores dos bárbaros assassinatos perpetrados em alguns moradores do Mucuri.*” Porém, simultaneamente, recomendava que se encontrassem meios brandos para chamar os índios à civilização.<sup>60</sup> Passados três meses, em outubro, Souza e Melo<sup>61</sup> determinou o regresso da Tropa de Linha ao Rio de Janeiro, devendo a mesma usar a estrada aberta pelos Ottoni para a Colônia Leopoldina, em Viçosa, na Bahia, onde deveria embarcar no primeiro vapor pertencente ao Comendador Francisco José Cardoso.

Mas essa solução não era a desejada pelos moradores do Mucuri nem pelas autoridades locais, representados pelo Diretor da Colônia Nacional do Mucuri, que alegavam a presença agressiva de liderados de *Pojixá* no ribeirão Cana Brava e solicitaram, mais uma vez, a presença das tropas do Exército. Dessa vez não foram atendidos. Porém, o Ministro da Agricultura, em 30/10/1861<sup>62</sup>, sugeriu que o Presidente da Província conservasse no Mucuri a força auxiliar que fora unir-se ao destacamento existente em Filadélfia até o restabelecimento da paz e da segurança dos colonos e dos demais habitantes daquela localidade. Como a insistência para o retorno das tropas do Exército era grande, Souza e Melo, em 15/11/1861<sup>63</sup>, determinou ao Presidente da Província que informasse, com toda a brevidade qual, a Força de Linha estacionada em Mucuri e Filadélfia.

No ano seguinte, a acusação de que os *Pojixá* haviam interrompido a estrada entre Filadélfia e Santa Clara convenceu o Ministro a reenviar uma tropa de trinta homens do Exército para auxiliar as demais no combate aos índios. Era recomendado que o Comandante da Colônia Militar do Urucu, quando tivesse a força à

sua disposição, coadjuvasse o serviço, fazendo rondar alguns praças até determinada distância das estradas que faziam a ligação entre Santa Clara e Filadélfia.<sup>64</sup> Sua solicitação foi atendida seis dias depois, sem qualquer reparo por parte do Marques de Caxias.<sup>65</sup> O resultado também foi dramático: dois sobreviventes permaneceram nas mãos de proprietários rurais no Mucuri, e outros, de número ignorado, foram levados pelos índios-soldados do Jequitinhonha, o que parece indicar terem sido massacrados em seus aldeamentos ou sido vendidos como escravos.

As autoridades provinciais, no entanto, procuravam formas que harmonizassem repressão e conciliação. Como sempre, a procura por missionário para aldear os índios continuava a ser a medida proposta.<sup>66</sup> Essa postura não encontrava suporte no Ministério da Agricultura, que afirmava, em ofício de 16/09/1863, ser evidente que os índios do Mucuri mantinham intenções hostis para com os moradores do local, sendo constantes os ataques contra suas vidas e propriedades, o que se devia, também, à carência de Força Pública no local. Determinava que o Presidente destinasse a verba da catequese à manutenção de um destacamento de trinta praças no Mucuri.<sup>67</sup> O Presidente da Província procurou, mais uma vez, conciliar: ao mesmo tempo em que enviava uma tropa de quarenta homens do Corpo de Guarnição da Província para o Mucuri<sup>68</sup>, solicitava que o Bispo de Mariana lhe conseguisse um missionário para os índios do vale.<sup>69</sup>

As tentativas de solução pacífica, no entanto, continuavam a não satisfazer aos fazendeiros da região desejosos de eliminar a presença indígena no Mucuri. Os massacres persistiram e o Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais atribuía as sucessivas revoltas indígenas à invasão de suas terras por colonos, privando-os do acesso a alimentos; não compreenderem ou aceitarem o direito de propriedade dos colonos, seu instinto de conservação; o fato de se sentirem espoliados; a dor e o desejo de vingarem os companheiros exterminados. Em 1868 denunciou o massacre de um grupo e em 1870 o de outro no Ribeirão das Lages, envolvendo os sobreviventes do grupo liderado pelo Capitão *Poton*.

Em decorrência desse massacre e da perspectiva de virem a ocorrer outros, desta vez envolvendo o grupo do Capitão *Poté*, mais um dos fiéis aliados, o Diretor Geral Musqueira<sup>70</sup> solicitou ao Presidente da Província que fossem adotadas medidas urgentes para interromper a continuidade dessas barbaridades que descrevia como

“...uma vergonha para a nação e um exemplo de como se promovia o derramamento de sangue de forma indigna no país.”

Na sua avaliação, esse tipo de acontecimento já era, de certa forma, esperado, devido à atitude agressiva dos colonos para com os índios, ao estado de agitação dominante na região e desespero em que viviam os índios devido aos constantes ataques e maus tratos. A situação descrita era de os colonos invadirem as terras ocupadas pelos índios, por entenderem que só através do extermínio destes é que garantiriam suas propriedades e poderiam viver em sossego, o que considerava desumano, por espoliar um povo selvagem, cometerem um ato ilegal de apropriação de suas posses, conforme definido pela Lei de Terras, inibirem o avanço da civilização dos indígenas e enganá-los.<sup>71</sup> A consequência imediata desse quadro era uma drástica redução da população indígena do Mucuri, inclusive dos *Naknenuk*, como as tribos dos capitães *Poté* e *Poton*.

Para demonstrar o grau de envolvimento das autoridades policiais no massacre do Ribeirão das Lages e, por extensão, nos cotidianos e não registrados, Musqueira indicava que o Comandante do Destacamento informara ao Ministro que os colonos haviam sido atacados pelos índios, motivando sua reação. Já o Diretor dos Índios do Mucuri, Augusto Ottoni, cujas informações eram mais confiáveis, afirmava o contrário. Para dirimir as dúvidas, solicitara o envio de um observador de confiança do governo, para elaborar um relatório definitivo sobre a questão e a substituição do Diretor da Colônia por alguém que conquistasse a confiança dos índios, enquanto se ultimava o projeto de catequese para a região. O resultado da investigação indicava que os índios haviam sido atraídos ao ribeirão com a promessa de comerem carne, e, estando descuidados, haviam sido atacados e mortos a tiros e golpes de facão.

Apesar destes fatos, para espanto do Diretor Geral, o Ministro nomeara “o pistoleiro” Fagundes para o cargo de Pacificador dos Índios do Mucuri, levando Musqueira a solicitar demissão do cargo.<sup>72</sup> Outro envolvido no massacre fora o Diretor da 5ª Circunscrição do Mucuri, José Silvério da Costa, ao qual demitira.<sup>73</sup> Em contraposição, o Diretor elogiara publicamente a Augusto Ottoni, ao lhe conceder exoneração do cargo de Diretor da Circunscrição do Mucuri, por estar retornando para o Serro, local de origem da família Ottoni.<sup>74</sup>

### 5. Os sobreviventes dos massacres: os Maxakali de Água Boa

A política indigenista implantada pelo governo de Minas Gerais a partir de 1870 foi a de criação de Aldeamentos Indígenas Centrais a serem implantados nos cinco vales dos grandes rios de Minas Gerais: Jequitinhonha, Pardo, Doce, Mucuri, Grande e Manhuaçu.<sup>75</sup> Para os índios dispersos do Mucuri foi fundado o Aldeamento Central de Nossa Senhora da Imaculada Conceição dos Anjos de Itambacuri, que teve uma vida administrativa conturbada devido aos conflitos persistentes entre índios, missionários e colonos.<sup>76</sup> Ali foram aldeados, inicialmente, os sobreviventes da Confederação dos *Nak-nenuk*, apesar do Diretor Geral indicar a existência na região vinte e três aldeias conhecidas por seus nomes e outras de que se sabia a existência e de uma população de seis mil e quinhentos índios vivendo em aldeias e um número desconhecido de errantes.<sup>77</sup>

Os primeiros efeitos – a redução dos conflitos – entusiasmaram o Diretor Geral. Acreditava que tinha descoberto a fórmula mágica que resolveria de vez todos os problemas, embora voltassem a ser registrados pequenos conflitos, atribuídos ao grupo do Capitão *Pojixá*. Pretendeu-se, então, usar a força militar do Urucu para expulsar esse grupo em caráter definitivo do Mucuri, apesar da postura contrária dos missionários do Itambacuri e do Diretor Geral Antônio Musqueira,<sup>78</sup> que atribuíam as dificuldades em aldear os índios à avareza por terras e trabalhadores dos alemães e ao comércio de crianças indígenas que persistia apesar das tentativas em interrompê-lo.

Esse quadro de conflito acirrou-se a partir de 1875 com a chegada de novos colonos na região.<sup>79</sup> As contradições vividas entre os três segmentos sociais ali representados – índios, missionários e colonos – acentuaram-se de forma crescente, os *Pojixá* persistiam na recusa de se aldearem Itambacuri e devido a sua resistência, passaram a ser considerados como o “flagelo do Mucuri” em substituição aos aldeados *Giporok*.

O agravamento das relações deixava perplexo o novo Presidente da Província – o experiente Teófilo Ottoni –, que propunha novas alternativas para o Mucuri calcadas nos projetos de Couto de Magalhães no Araguaia e das Escolas Agrícolas Indígenas de Pernambuco. Esta era uma forma de admitir que os conflitos no

Mucuri não tinham se interrompido, e a situação era considerada como insustentável porque não se podia mais admitir que áreas ricas e promissoras não fossem exploradas. Porém, a única medida concreta adotada pelo Presidente foi o aumento do contingente policial da região.<sup>80</sup>

O objetivo prioritário dos missionários tornou-se aldear os *Krekmum* e os *Krexé*, que eram identificados como dois grupos confederados dos *Pojixá*. Pelos cálculos dos missionários, havia oitocentos e setenta e dois índios aldeados, seiscentos por aldear e mais de dois mil vagando pela região e resistindo ao contacto pacífico.<sup>81</sup> A pressão para que fossem aldeados aumentou após o ataque que realizaram à Fazenda Planície, quando feriram o proprietário, mataram criações e destruíram as plantações.

Receando a conhecida repressão, um dos grupos *Pojixá* aceitou a oferta dos missionários de ir para Itambacuri. Foram exibidos pelas ruas de Filadélfia como troféus e alojados no pátio do colégio. Por pressentirem ou terem sido avisados de um ataque dos colonos durante a noite, fugiram para as matas antes que o fato ocorresse. Os missionários ainda tentaram uma reaproximação sem sucesso e combinaram encontrá-los num dos braços do São Mateus. O encarregado de ir ao encontro, Frei Ângelo, repassou a tarefa aos trabalhadores da fazenda Planície. Estes atraíram os índios para um bananal e mataram alguns deles. Os índios retiraram-se mais para o interior das matas, mataram oito línguas enviados pelos missionários e voltaram a atacar outras fazendas.<sup>82</sup>

Numa nova tentativa de aldear os *Pojixá*, o governo de Minas fundou o aldeamento de S. Francisco de Paula da Cana Brava para este grupo, porém, eles preferiram permanecer nas matas do Espírito Santo que ainda não estavam colonizadas.<sup>83</sup>

A posição dos moradores do Mucuri pode ser identificada através do jornal *O Norte de Minas* em sua edição de 21/12/1884. Lastimavam que, após tantos anos, ainda ocorressem assassinatos, roubos e atrocidades cometidos por esses selvagens, o que vinha fazendo com que muitas propriedades tivessem sido abandonadas. Havia uma clara divisão de opiniões sobre a solução: uns pregavam a viabilidade da catequese e outros a via da repressão. A opinião do editorialista era de que a catequese ainda se mostrava mais eficaz e barata que a segunda. No entanto acreditava que a retirada das

crianças do convívio dos pais era indispensável para evitar que se contaminassem com seus vícios.<sup>84</sup>

A cada conflito, os missionários insistiam na necessidade de disporem de mais recursos para atraírem e manterem os *Pojixá* no aldeamento de Itambacuri. Os índios eram considerados como melhor aclimatados do que os colonos estrangeiros, além de exigirem um pequeno dispêndio por se contentarem “*com uma alimentação frugal, com um vestuário muito simples*”<sup>85</sup>, o que os tornava ideais para substituir os escravos de origem africana.

Apesar de suas solicitações de verbas não serem atendidas, os missionários conseguiram atrair algumas bandeiras *Pojixá*, aumentando a população aldeada em Itambacuri para mil e quarenta e dois índios. Mas reconheciam que outros quatrocentos e sessenta Botocudos ainda vagavam pelos rios Mucuri, S. Mateus e seus afluentes<sup>86</sup>. Quando os índios atacaram a fazenda Liberdade, de um sobrinho de Teófilo Ottoni, o resultado foi a morte de quarenta índios, inclusive quatro líderes dos bandos *Pojixá* e novas repressões.<sup>87</sup>

Num levantamento mais detalhado sobre os grupos que ainda restavam aldear, a Diretoria Geral indicava trezentos *Pojixá*, duzentos *Giporok*, oitenta *Kren-ehé*; oitenta *Urucus* (leia-se os *Giporok* do Capitão *Jukirana*) e seiscentos e sessenta *Pampans* (isto é, *Maxakali*). Havia notícias de que mais de mil índios erravam pelas matas entre São Mateus e o Itambacuri, o que o era incompatível com a manutenção da fronteira agrícola aberta a pedido dos missionários que se opunham à regularização das posses dos colonos. A possibilidade de obtenção de posses e a perspectiva da construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas, na verdade, cada vez mais, atraíam maior número de interessados em se instalarem no Mucuri.<sup>88</sup>

Os missionários conseguiram contatar os *Pojixá* mais velhos que haviam conhecido Teófilo Ottoni, o que nos remete aos grupos do Capitão Felipe e de *Jukirana*<sup>89</sup> e era seu projeto que, com o passar dos anos, os *Pojixá*, assim como já ocorria com os demais grupos aldeados, se mestiçassem com os colonos nacionais. A abertura do aldeamento para o mundo se concretizava através da construção de estradas que visavam simultaneamente viabilizar o comércio e atrair novos colonos, reduzindo ainda mais as terras indígenas. O círculo de fogo apertava-se mais.<sup>90</sup> Acuados, os *Pojixá* aldearam-se no ribeirão Santo Antônio sob forte vigilância. Não conseguiam adaptar-se à vida

do aldeamento nem a presença de tantos brancos, o que explica as constantes visitas a suas antigas aldeias no São Mateus. Porém gostavam de receber roupas coloridas como brinde, e isto foi aproveitado pelos colonos que lhes ofereceram roupas contaminadas com o vírus do sarampo.

Quando adveio a doença e grande mortalidade, os missionários improvisaram um hospital, dando preferência de atendimento às crianças. Os índios interpretaram as mortes como resultado de feitiço feito pelos missionários e se rebelaram sob o comando de Quirino Grande, novo líder da aldeia de *Poton*, e Manuel Grande. Os *Pojixá*, com receio de serem responsabilizados, optaram por se retirar para o São Mateus ante o ataque à casa dos capuchinhos. Os prédios foram queimados e destruídos, e as plantações, arrasadas. A repressão fez com que os índios buscassem refúgio nas matas, porém, mais de trezentos foram mortos e os líderes do movimento permaneceram presos até sua morte.<sup>91</sup> Encerrava-se, assim, de forma dramática, um modelo de administração indígena que, por não ser capaz de solucionar as contradições básicas entre os mecanismos de estímulo à expansão agrícola e os direitos indígenas, redundou num grande fracasso.

A tragédia, entretanto, teve dimensões e conseqüências distintas para os dois grandes segmentos que a protagonizaram. Até mesmo um dos grandes defensores dos colonos, o engenheiro Giesbrecht, reconhecia que, para cada colono que morria, dez índios eram abatidos e que a reação destes se devia ao medo que tinham de que o desaparecimento das matas pelo machado e pelo fogo destruísse sua única fonte de alimento. No seu artigo, reconhecia a presença de grande quantidade de grupos vagando entre os rios Mucuri e Jequitinhonha e pedia que o governo mineiro defendesse os grandes heróis civilizadores – os colonos estrangeiros – dos ferozes, selvagens e inúteis índios.<sup>92</sup>

Os colonos, elevados a heróis, terminaram por alcançar seus objetivos e os índios bárbaros perderam as terras que ocupavam tradicionalmente e tiveram sua população e suas sociedades destruídas pelo avanço nacional. Diferentemente do que se pensava, a inviabilidade de sobreviver nesse contexto foi uma realidade tanto para os *Nak-nenuk* como para os *Giporok/Pojixá*. Ser “índio manso” ou “índio feroz” não representava diferença nos momentos de repressão violenta ou de organização de emboscadas e ciladas.

## 6. O QUE RESTOU DOS ÍNDIOS DO MUCURI

Para concluir, gostaríamos apenas de nos referir rapidamente ao encerramento da tragédia dos índios do Mucuri. Os missionários persistiram, sem sucesso, em suas tentativas de atrair os líderes Paulo *Hin-hé* ( *Kren-ehé*) e Joaquim Vakman dos *Pojixá* para a Itambacuri em reconstrução. Porém os conflitos com os construtores da Estrada de Ferro Bahia-Minas a partir de 1905 fizeram com que o governo mineiro optasse pela retomada da via repressiva: contratando mateiros que se encarregaram de atacar e matar os índios refugiados nas matas.

Alguns grupos optaram por se refugiar no vale do S. Mateus no seu trecho capixaba, onde a colonização ainda não passava de um projeto. Porém, já em 1909 atacaram a fazenda do Barão de Aimorés que instalava seu engenho nas proximidades de Nova Venécia, no Espírito Santo. Mataram uma família no córrego do Ouro, afluente do Todos os Santos, e outra nas proximidades da cidade de Teófilo Ottoni. Estes conflitos motivaram mais uma tentativa dos missionários de aldear *Hin-hé* e *Vakman*, sem que obtivessem sucesso. Com a morte accidental do primeiro, o seu grupo aceitou aldear-se. O de *Vakman* persistiu nas matas do São Mateus e ali recebeu a primeira comitiva do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, para criar um Posto Indígena na região. Mas ele, cinquenta de seus guerreiros e outros membros de seu grupo terminaram chacinados antes de se concretizar o projeto. Os sobreviventes foram levados para o Posto Indígena Pancas, no trecho capixaba do rio Doce. Quando este posto foi extinto pelo SPI na década de 30, foram levados para o PI Krenak no vale mineiro do Doce

Em 1911 os registros da Colônia Indígena e Nacional de Itambacuri indicavam cento e cinquenta e oito famílias indígenas aldeadas e muitos grupos ainda vagando pelas margens do Mucuri. Pelos sobrenomes dos aldeados percebemos que os que ali estavam eram os remanescentes dos mais variados grupos que antes viviam em suas aldeias nos vales do Mucuri e Doce. Aos poucos foram se acamponesando e mestiçando e perdendo os referenciais de sua cultura tribal. Permaneceram, entretanto, com suas lembranças e a consciência de sua ascendência.<sup>93</sup>

Dos demais grupos, restam os remanescentes *Maxakali*, que juntamente com os refugiados sobreviventes das aldeias do Jequitinhonha, buscaram refúgio nas cabeceiras do rio Umburanas, no

vale do Mucuri, onde foram contatados por representantes do Serviço de Proteção aos Índios, e para os quais foram criados os Postos Indígenas de Água Boa e Pradinho.

Do que foi relatado, podemos constatar que as fronteiras internas se constituem reserva territorial para a expansão nacional e que estes espaços, enquanto permanecem como tal, tornam-se áreas de refúgio de grupos indígenas expulsos ou foragidos de zonas conflagradas. É ali que reelaboram suas tradições e constroem/reconstroem alianças impensadas em outras situações e momentos, como o caso da Confederação *Nak-nenuk*. O avanço sobre estas reservas é encarado como um direito e até um dever pelos membros do Estado-Nação. Sendo assim, o que resta é definir um lugar para o índio na sociedade brasileira. Ora exaltado como símbolo da liberdade natural, ora denegrado como obstáculo ao avanço do progresso, a sociedade brasileira divide-se entre os dois pólos e não consegue encontrar uma solução para este problema.

O Estado, que teria uma função conciliadora entre interesses conflitantes, termina comportando-se de forma dúbia e seguindo a reboque do fato consumado: estabelecido o conflito, tenta encontrar uma solução paliativa, mas não resolve a sua principal causa. Incapaz de legitimar a existência das minorias étnicas que constituem parcela do povo brasileiro, reduz seu papel à proclamação de teóricas e ineficazes leis protecionistas. A dinâmica e a prática cotidiana, que podemos traduzir como genocida ou etnocida, a depender da situação, é deixada nas mãos dos representantes dos interesses econômicos dominantes. Assume, assim, o Estado, um discurso retórico protecionista e a simbologia positiva da imagem indígena, e ao mesmo tempo, sub-repticiamente reconhece e regulariza situações que decorreram do desrespeito sistemático da legislação promulgada em nome do progresso e da integração nacional.

Outro aspecto desta relação, é que, em nenhum momento, o Estado e a sociedade brasileira, como um todo, aceitam as nações indígenas como entidades autônomas. Toda a política implementada estava e está voltada para a destruição da autonomia econômica e política dos grupos tribais. Impõe-se-lhes uma administração externa ao grupo e que está ali como representante e executora da política e dos interesses nacionais; incutem-lhes hábitos de consumo que não podem suprir de forma independente, inoculam-lhes doenças que não

podem curar com sua medicina e assim conseguem sujeitá-los de forma definitiva às determinações e interesses nacionais.

O que constatamos no Mucuri do século XIX não é muito diferente do que observamos nas áreas de fronteira aberta em várias regiões do Brasil do século XX. O desfecho do Mucuri é, na verdade, uma pequena contribuição para a reflexão contemporânea e um alerta para todos os que estão envolvidos ou têm algum tipo de participação na tomada de decisões sobre políticas indigenistas.

## NOTAS

1. Egler; W. A. A Zona Pioneira do Norte do Rio Doce. *Boletim Geográfico do IBGE*. RJ; 167; 147-180; 1962.  
Maia, A. A. História da Capitania de Minas Gerais. *RAPM*. B. H.; 7:29-55; 1902.
2. Silva, F, C. T. da. Conquista e Colonização da América Portuguesa. In Linhares, M. Y. (Org.) *História Geral do Brasil*. RJ: Campus; 1990: 61.  
Zemella, M. P. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII*. SP: Hucitec/Edusp; 1990:29-36-43.
3. Zemella, *op. cit.*:45.
4. D. João de Lencastre. Carta enviada a Artur de Sá Menezes em 1720. In Capistrano de Abreu, J. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. B. H.: Ed. Itatiaia; SP: Edusp; 1989:62.  
Mata Machado, B. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. B. H.: Imprensa Oficial; 1991:37-39.  
*Carta Régia de 4/2/1724*. Arquivo Nacional; Fundo Família Werneck; PY. 23.2; Microfilme 003-91.
5. Porto, Reinaldo Ottoni. A Bandeira de João da Silva Guimarães. *RIHGMG*. B. H.: 2 (II):142-177; 1945:153-155.
6. Na verdade, o que o Mestre de Campo encontrou foi uma só nação indígena que tinha os seus subgrupos organizados em aldeais distintas e com estrutura organizacional autônoma. (Vide Paraiso, Maria Hilda. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malalí e Makoní: Povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. SP; 4:173-187;1994.)  
A palavra Maxakali, que não pertence à língua falada pelo grupo, significa “reunião de tribos”.

7. Cambraia, Ricardo de B. e Mendes, Fábio F. A Colonização dos Sertões do Leste Mineiro: Políticas de Ocupação Territorial num Regime Escravista (1780-1836). *Escravidão*. B. H.; 6; 137-149; jul. 1988.
8. Conde da Ponte. *Ofício enviado a José Luís de Siqueira, capitão-mor da Conquista do Gentio Bárbaro de Caravelas*; 18/7/1808; Bahia; mas; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo Capitania da Bahia - Série Diversas; Cartas do Governador a Várias Autoridades; maço 164; p. 237v/ 238.
9. Wied-Neuwied, M. *Viagem ao Brasil*. B. H.: Ed. Itatiaia; SP: Edusp; 1989:172-173.
10. Navarro, Luís Tomás R. Itinerário da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro. *RIHGBr*. RJ; VII: 433-469; 1866.
11. Becher, Hans. Observações de Wilhem Christian Gotthele von Feldner entre os Maxakali na Primeira Metade do Século XIX. *Revista de Antropologia*. SP (9); 112:61 a 68; 1961.
12. Wied-Neuwied, *op. cit.*:175-202
13. Seider, Carl. *Dez Anos de Brasil*. SP: Edusp; B. H.: Ed. Itatiaia; 1980: 145.
14. Villar, P. *Hidalgos, Amotinados y Guerrilleros - Pueblos y Poderes en la Historia de Espana*. Barcelona: Ed. Crítica; 1982:220-294.
15. Anderson, B. *Nação e Consciência Nacional*. SP: Ed. Ática, 1989.
16. PIRES, João Fernandes; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas; Minas Novas em 10/10/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847. p. 26-7.
17. COSTA, Silvério José; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 16/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847. p. 23-4 .
18. GUEDES, Francisco Teixeira; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 18/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847. p. 24-6.
19. ARAÚJO, João Alves Costa; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 18/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri* . Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847. p. 27-9.
20. Essa indicação da aldeia do Capitão Tomé dos *Maxakali* remete às informações de SANTOS (1915, p. 232-72), que atesta terem esses índios se deslocado em 1786 do rio Santa Bárbara, em Minas Gerais, para a vila do

- Prado, no litoral baiano, e de NAVARRO (1866, p. 433-68), que ainda os encontrou no Prado. São encontradas ainda referências em FELDNER (1961, p. 61-8) e WIED-NEUWIED (1989, p. 172-3), que indicava terem abandonado a aldeia nas proximidades do Morro das Araras, no Mucuri.
21. ARAÚJO, Francisco Leopoldino; Notícia Histórica. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 8, p. 1063-74, 1903.
  22. Índios do grupo *Maxakali*, que viviam no rio Aranã, afluente da margem esquerda do rio Peixe Branco, afluente da margem esquerda das cabeceiras do rio São Mateus. O local de sua aldeia deu origem à cidade de Aranã, nas proximidades de Itambacuri. Eram remanescentes do grupo disputado pela família Pego/Rego e o frei Bernardino do Lago Negro no aldeamento do Sorobi, na margem do rio homônimo, afluente da margem esquerda do rio Doce, em Minas Gerais.
  23. Moretzsohn, Luís. Um Pedido de Concessão para o Estabelecimento de Colônias em Mucuri; em 4/7/1837. *RAPM*; B. H.; VIII; 647-650; 1903.
  24. Brito, José Marcelino de. *Relatório do Ministro e Secretário d' Estado na 3ª Sessão da 6ª Legislatura da Assembléia Geral Legislativa*. RJ, maio de 1846; Museu do Índio; Sedoc; Microfilme n. 397.
  25. Palavra da língua dos Botocudos que significa criança e que se tornou de uso comum em toda a região para significar os meninos tomados aos índios e criados como escravos pelos nacionais. O comércio de kurukas chegou a ser bastante lucrativo, pois além da exploração do seu trabalho, aqueles que os criavam tinham direito a uma pensão paga e ao ressarcimento de despesas pelo governo imperial.
  26. Azevedo, Antônio Miguel de; vigário de São José de Porto Alegre. *Correspondência enviada ao Presidente da Província da Bahia em 8/8/1844*. APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.
  27. Andréa, Francisco José de Souza, Presidente da Província. *Ofício enviado a Marco Antônio Galvão; Secretário de Estado dos Negócios da Justiça*. Bahia; 24/5/1845; Arquivo Nacional; Fundo Ij 1-401; Série Justiça - Gabinete do Ministro.
  28. Andréa, Francisco José de Souza, Presidente da Província. *Ofício enviado a Marco Antônio Galvão; Secretário de Estado dos Negócios da Justiça*. Bahia; 10/6/1845; Arquivo Nacional; Fundo Ij 1-401; Série Justiça - Gabinete do Ministro; doc. 69.
  - d' Almeida, L. A. B. As Villas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre do Mucury e os rios Mucury e Peruhipe (23/9/1845). *RIHGBr*. RJ; VIII: 425-453; 1867.
  29. Troina, F. Caetano de; Missionário Capuchinho. *Ofício ao Juiz de Direito de Porto Seguro, Caetano Vicente de Almeida*. S. José de Porto Alegre, em 20/8/1845; mas.; A.N.; Secção de Manuscritos; II-34, 03, 10.

30. d' Almeida, *op. cit.*:444-446.
31. Troina, F. Caetano de. *Ofício enviado ao Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, Antônio Vicente de Almeida, de S. José de Porto Alegre, em 6/11/1845; mas.; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura - Diretoria Geral dos Índios; maço 4611.*
32. *Edital Público do Presidente da Província, Ten.-Gal. Francisco José de Souza Soares de Andréa; de Caravelas, em 12/2/1846; mas.; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura - Colônias e Colonos; maço 4603-1.*
33. Paiva, Antônio Ribeiro de; Ten.-Cel., Comandante da Colônia. *Ofício enviado ao Presidente da Província, Antônio Inácio de Azevedo; de Caravelas, em 25/1/1847; mas.; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série - Agricultura - Colônias e Colonos; maço 4604 (1846-1876); cad. 04.*
34. Pederneiras, Inocência Veloso; Capitão de Engenheiros e Chefe da Comissão de Exame da Colônia do Mucuri. *Ofício enviado ao Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins; de S. José de Porto Alegre, em 16/5/1849; mas.; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura - Colônias e Colonos; maço 4604 (1846-1876 ); cad. 01.*
35. Silva, Quintiliano José da. *Falla Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do Ano de 1847.* Ouro Preto: Typ. Imparcial; 1847; Arquivo Nacional; Fundo Relatório dos Presidentes de Província; Microfilme 004.0.79.
36. Alvim, Marília C. de M. *Diversidade Morfológica entre os Índios Botocudos e o "Homem de Lagoa Santa".* Tese de Livre Docência; FFCL/Universidade da Guanabara; RJ; 1963:13.
37. Ottoni, T. B. *Condições para a Encorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do rio Mucuri.* RJ: Typ. e Impressora G. Villeneuve e Cia, 1847.
38. Rodrigues, Vitorio. Carta a Teófilo Benedito Ottoni, vila de São José de Porto Alegre, 19/9/1847. In Ottoni, T. B. *Condições para a Encorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do rio Mucuri.* RJ: Typ. e Impressora G. Villeneuve e Cia, 1847.
39. Porto, *op. cit.*: 154.
40. Ottoni, Teófilo Benedito. Relatório Enviado ao Presidente da Província Luís Antônio Barbosa, Rio de Janeiro, em 27/1/1853. In Barbosa, Luís Antônio. *Falla Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do Ano de 1853.* Ouro Preto: Typ. do Bom Senso; 1853; Arquivo Nacional; Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.1.79.

- Siqueira, Alexandre Joaquim de. *Relatório da Presidência da Província à Assembléia Legislativa*. Ouro Preto, em 1850; RJ: Tipografia Social; 1850:16.
41. Queiroga, Bernardino José de. *Relatório da Presidência da Província à Assembléia Legislativa de Minas Gerais no ano de 1848*. Ouro Preto: Tip. Bom Senso; 1848:41.
42. Queiroga, Bernardino José de. *Falla Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do Ano de 1848*. Ouro Preto: Typ. Social; 1848; Arquivo Nacional; Fundo Relatórios dos Presidentes de Província; Microfilme 004.1.79.
43. Linhares, M. Y. e Teixeira Silva, F. C. *História da Agricultura Brasileira, Combates e Controvérsias*. SP: Ed. Brasiliense; 1981:16-25.
44. Lima, J. F. T. *A Ocupação da Terra e a Destruição dos Índios na Região de Bauru*. Tese de Mestrado; FFLCH/USP; 1978:82-84.
45. Ottoni, Teófilo B.; Senador e Presidente da Cia. do Mucuri; Rio de Janeiro; 20/1/1855. In Martins, Francisco Gomes. *Relatório do Ministro e Secretário d' Estado na Assembléia Geral Legislativa: em 14/5/1855*; Museu do Índio; Sedoc; Microfilme nº 397; fotogramas 147-152.
46. Madureira, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios. *Correspondência enviada ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley em 16/2/1854*. APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.
47. Ottoni, Teófilo B.; Senador e Presidente da Cia. do Mucuri; Rio de Janeiro; 20/1/1954. In Martins, Francisco Gomes. *Relatório do Ministro e Secretário d' Estado na Assembléia Geral Legislativa em 14./5/1855*; Museu do Índio; Sedoc; Microfilme nº 397; fotogramas 147-152.
48. Vianna, José Lopes da Silva; 1º Vice-Presidente da Província. *Relatório Apresentado quando da Passagem da Administração do Governo da Província ao Presidente Francisco Diogo de Vasconcelos no Ano de 1853*. Ouro Preto: Typ. de Soares; 1853; Arquivo Nacional; Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.1.79.
49. Dias, João Batista e Souza, Remígio Eleto. *Relatório enviado ao Presidente da Província*; Filadélfia; novembro de 1856 (p. 28-29). In Penna, Herculano Ferreira. *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na Sessão Ordinária do ano de 1857*; Ouro Preto: Tip. do Provincial; 1857; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.2.79.
50. Melo, Manoel Felizardo de S. e; Diretor da Repartição Geral das Terras Públicas. *Relatório encaminhado ao Ministro, Rio de Janeiro, 30/3/1857*. In Couto Ferraz, Luís Pedreira. *Relatório do Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios do Império na Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*; RJ: Tip. Universal de Laemmert; em maio de 1857; Arquivo

- Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 007.4.82.
51. Ottoni, Teófilo B. *Carta enviada ao Marques de Olinda, Ministro dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro; 30/9/1858. IHGBr; Coleção Marques de Olinda; Lata 213; doc. nº 95.
52. Avé-Lallemant, R. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. SP: Edusp; B. H.: Itatiaia; 1980.
53. Ribeyrolles, C. *Brasil Pitoresco*. SP: Edusp; B. H.: Itatiaia; 1980:158-164.
54. ALMEIDA, *op. cit.*: 76-7.
55. MUSQUEIRA, Antônio Luís de Magalhães; Diretor Geral dos Índios. *Ofício enviado ao Presidente da Província, Agostinho José Pereira Bretas*. Ouro Preto; 20/07/1870; APM SG ¼; livro 04, p. 16-7.
56. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura. *Ofício enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, em 22/6/1861; Arquivo Nacional; Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7-1 (1861-1866).
57. ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O Desbravamento das Selvas do Rio Doce (Memórias)*. RJ: Liv. José Olímpio, 1959, p. 76-77.
- SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura. *Ofício enviado ao Ministro da Guerra; Marques de Caxias*. Rio de Janeiro, em 7/6/1861; Arquivo Nacional; Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7-1 (1861-1866).
58. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura; *Ofício enviado ao Ministro dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro em 14/06/1861; A. N. Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7- 1 (1861-1866).
59. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura; *Ofício enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro em 22/06/1861; A. N. Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7- 1 (1861-1866).
60. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura. *Ofício enviado ao Presidente da Província de Minas Gerais em 7/8/1861*; Arquivo Nacional; Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7-1 (1861-1866).
61. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura; *Ofício enviado ao Ministro da Guerra; Marques de Caxias*. Rio de Janeiro em 21/09/1861; A. N. Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7- 1 (1861- 1866).
62. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura; *Ofício enviado ao Presidente da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro em 30/10/1861; A. N. Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7- 1 (1861-1866).

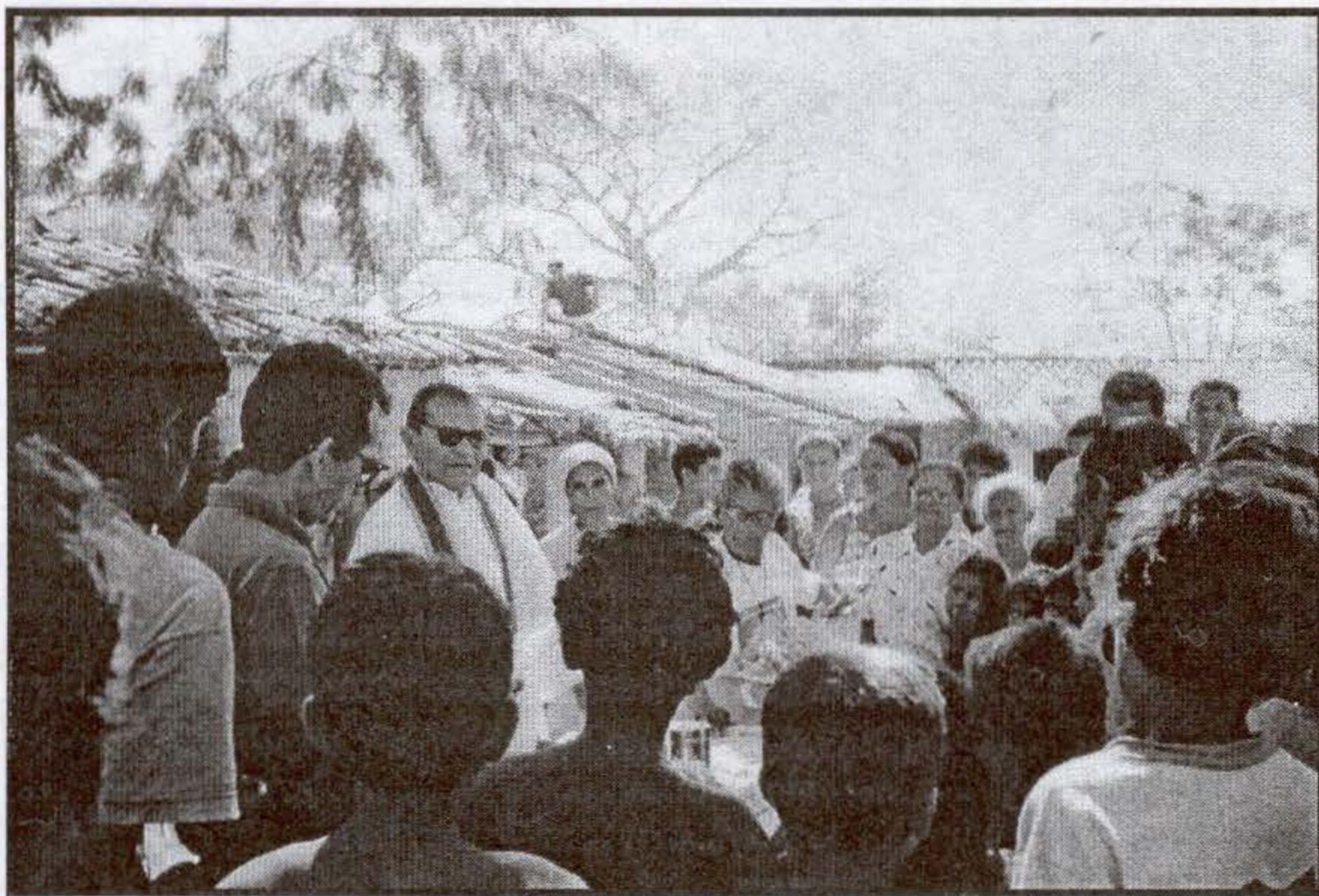
63. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura; *Ofício enviado ao Presidente da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro em 15/11/1861; A. N. Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7- 1 (1861-1866).
64. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura. *Ofício enviado ao Ministro da Guerra, Marques de Caxias*. Rio de Janeiro, em 16/1/1862; A.N.; Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7-1 (1861-1866).
65. SOUZA E MELO, Manuel Felizardo; Ministério da Agricultura; *Ofício enviado ao Ministro da Guerra; Marques de Caxias*. Rio de Janeiro em 22/01/1862; A. N. Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7- 1 (1861-1866).
66. Motta, Joaquim Camilo Teixeira da. *Relatório Apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Província no ano de 1862*. Ouro Preto; Tip. do Provincial; agosto de 1862; A. N; Fundo: Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais / Estaduais; Microfilme 004.3.79.
67. BELLGARTE, Pedro de Alcântara; Ministério da Agricultura. *Ofício enviado ao Presidente da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, em 16/9/1863; Arquivo Nacional; Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7-1 (1861-1866).
68. BELLGARTE, Pedro de Alcântara; Ministério da Agricultura. *Ofício enviado ao Presidente da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, em 12/11/1863; Arquivo Nacional; Fundo Ministério da Agricultura; Série Agricultura; Secção IA 7-1 (1861-1866).
69. ALBUQUERQUE, Diego Velho Cavalcanti. *Ofício enviado a Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro, 19/8/1870; mas.; Arquivo Nacional; Série Interior - Gabinete do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Ijji 790; doc. 11.
70. MUSQUEIRA, Antônio Luís de Magalhães; Diretor Geral dos Índios. *Ofício enviado ao Presidente da Província, Agostinho José Pereira Bretas*. Ouro Preto; 20/07/1870; APM SG ¼; livro 04, p. 16-7.
71. MUSQUEIRA, Antônio Luís de Magalhães; Diretor Geral dos Índios. *Ofício enviado ao Conselheiro Diogo V. Cavalcanti de Albuquerque, Ministro de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto; 27/09/1870; APM SG ¼; livro 04, p. 19 - 20v.
72. MUSQUEIRA, Antônio Luís Magalhães, Diretor Geral dos Índios. Relatório enviado ao Presidente da Província, Ouro Preto, em 1871. In BELÉM, Francisco Leite da Costa. *Relatório apresentado na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1871*. Ouro Preto: Tip. de J. F. de Paula Castro; 1871; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.3.79.

73. MUSQUEIRA, Antônio Luís de Magalhães; Diretor Geral dos Índios. *Ofício enviado ao Vice Presidente da Província, Agostinho José Ferreira Bretas*. Ouro Preto; 29/09/1870; APM SG ¼; livro 04, p. 21v – 22.
74. MUSQUEIRA, Antônio Luís de Magalhães; Diretor Geral dos Índios. *Ofício enviado ao Augusto Benedito Ottoni*. Ouro Preto; 28/09/1870; APM SG ¼; livro 04, p. 20v - 21.
75. Dos cinco projetados, só três foram concretizados: os do Doce, Mucuri e Manhauçu.
76. Machado Portela, Joaquim Pires. *Relatório apresentado na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 20/4/1872*. Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/ Estaduais; Microfilme 004.6.79.
77. Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais. *Quadro das Circunscrições dos Índios da Província de Minas Gerais*. Ouro Preto, em 30/11/1872; mas.; Arquivo do Convento de N. Sra. dos Anjos de Itambacuri.
78. Musqueira, Antônio Luís de Magalhães, DGI. Relatório encaminhado ao Presidente da Província em 30/11/1875. In Azevedo, Pedro Vicente de. *Relatório Apresentado na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 9/9/1875*. Ouro Preto: Tip. J. F. de Paula Castro; 1875; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.6.79.
79. Borges Jr. João de Carvalho; Engenheiro-Diretor da Colônia do Mucuri. *Ofício enviado ao Presidente da Província, Pedro Vicente de Azeredo*. Mucuri, 31/12/1875; mas.; Arquivo Nacional; Fundo Diversos; Secção 5F-605.
80. Ottoni, Teófilo B. *Relatório apresentado na Abertura da 1ª Sessão Ordinária da 24ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1/8/1882*. Ouro Preto: Tip. de Carlos Andrade; 1882; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais / Estaduais; Microfilme 004.8.79.
81. Gonçalves Chaves. *Relatório apresentado na Abertura da 2ª Sessão Ordinária da 24ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 2/8/1883*. Ouro Preto: Tip. da Actualidade; 1883; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais / Estaduais; Microfilme 004.8.79.
82. Medeiros, *op. cit.*
83. Chaves, Antônio Gonçalves. *Relatório apresentado na Abertura da 1ª Sessão Ordinária da 25ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1/8/1884*. Ouro Preto: Tip. do Liberal Mineiro; 1884; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.9.79.
84. Informações sobre fazendas abandonas no Norte de Minas entre 1879 e 1884; Editorial do jornal *O Norte de Minas*; ano 1; n. 2; Teófilo Ottoni;

- Arquivo Nacional; Fundo AP - 14 (Arquivo Afonso Pena); Mapoteca 8g.2; doc. 49.37.
85. Machado Portela. *Relatório apresentado quando a passagem da administração da Província; em 13/4/1886*. Ouro Preto: Tip. do Liberal Mineiro; 1886; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.10.79.
86. Figueiredo, Carlos Augusto de Oliveira. *Relatório apresentado na Abertura da 2ª Sessão Ordinária da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 5/7/1887*. Ouro Preto: Tip. de J. F. de Paula Castro; 1887; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.10.79.
87. Medeiros, *op. cit.*
88. Horta Barbosa, Luís Eugênio. *Relatório apresentado na Abertura da 1ª Sessão Ordinária da 27ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1/7/1888*. Ouro Preto: Tip. de J. F. de Paula Castro; 1888; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.10.79.
89. Gorizia, S. de e Sassoferato, A. *Ofício enviado ao Diretor Geral dos Índios, José Januário de Cerqueira; Itambacuri, em 10/1/1886*. In Horta Barbosa, Luís Eugênio. *Relatório apresentado na Abertura da 1ª Sessão Ordinária da 27ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1/7/1888*. Ouro Preto: Tip. de J. F. de Paula Castro; 1888; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.10.79.
90. Souza Magalhães; Vice-Presidente. *Relatório apresentado na Abertura da 3ª Sessão Ordinária da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 4/6/1889*. Ouro Preto: Tip. de J. F. de Paula Castro; 1889; Arquivo Nacional; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais/Estaduais; Microfilme 004.10.79.
91. Almeida, *op. cit.* e Medeiros, *op. cit.*
92. Giesbrecht, Guilherme. *Notícia sobre os Índios do Mucuri; (publicado originalmente no jornal O Mucuri)*. *RAPM*; B. H.; XIII; 1908:173-174.
93. Livro de Recenseamento dos Pojixá do Aldeamento Central de N. Sra. dos Anjos de Itambacuri; 1/1/1912; Arquivo do Convento de N. Sra. dos Anjos de Itambacuri; mas.

... e a situação de índios expulsos por representantes do Serviço de Proteção aos Índios, e para os quais foram criados os Parques Indígenas de Água Boa e Pradinho.

Do que foi relatado, podemos constatar que as forças indígenas se constituem numa barreira para a expansão nacional e que estas forças, enquanto permanecerem como tal, tornam-se locais de refúgio de grupos indígenas expulsos ou forçados de suas conflagrações. É ali que ressurtem suas tradições e constituem-se em alianças imprecisas em outras situações e momentos, como o caso de Cariri e do Arak-nanã. O avanço sobre estas reservas é encarado como um crime e até um delito pelos membros do Estado-Nação. Sendo assim, o que resta é definir um lugar para o índio na sociedade brasileira. Ora exaltado como símbolo da liberdade nacional, ora designado como obstáculo ao avanço do progresso, a sociedade brasileira divide-se entre os dois pólos e não consegue encontrar uma solução para este problema.



**Missa antes do início do Ouricuri Kariri-Xocó.**

22. Augusto Nogueira Góes. *As Índias do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1917.
23. Machado, Patrícia. *Relatório sobre o processo de implantação da administração de Fronteiras em 1764-1765*. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1986. Arquivo Nacional, Fundo Especial, Pasta Mensagens e Relatórios, Processos Fronteiras, Matrículas, 004, 10, 24.
24. Figueiredo, J. José. *Relatório de Cyrano Antônio de Albuquerque*. Arquivo Nacional, 2ª Seção, Seção de 26ª Legislatura da Assembleia Constituinte, Processo nº 27927, Com. Exm. Sr. de J. P. de Faria Costa, 1886. Arquivo Nacional, Fundo Especial, Pasta Mensagens e Relatórios, Processos Fronteiras, Matrículas, 004, 10, 25.
25. Medeiros, op. cit.
26. Horta Barros, Luiz Eugênio. *Relatório apresentado ao governo da 2ª Seção Ordinária da 27ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 17/11/1886*. Com. Exm. Sr. de J. P. de Faria Costa, 1886. Arquivo Nacional, Fundo Especial, Pasta Mensagens e Relatórios, Processos Fronteiras, Matrículas, 004, 10, 26.



O Ouricuri Kariri-Xocó